

Luís Eulálio condena carga tributária

SÃO PAULO — A aprovação do Decreto-Lei 2.065 era necessária, porque “precisamos de um decreto salarial para a liberação de recursos externos”, afirmou ontem o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

Para as indústrias privadas, Luís Eulálio insistiu que a carga tributária embutida no 2.065 é perigosa, porque mais uma vez o setor privado “está arcando com a ineficiência da grande maioria das empresas estatais”.